



## MITIGAÇÃO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO CRATO: ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL

Isabela Leite Pinheiro<sup>1</sup>, Gabriel Gonçalves Gomes<sup>2</sup>, José Vinícius de Sousa Pereira<sup>3</sup>, Ildevania Félix de Lima<sup>4</sup>

**Resumo:** Nas últimas quatro décadas, o mundo passou por um notável crescimento econômico, impulsionado pela globalização e avanços tecnológicos. Todavia, esse crescimento causou impactos nos ecossistemas que sustentam a vida e nas dinâmicas ambientais, sobretudo. Tendo em vista a crise em que se encontra o cenário ambiental, cabe ao Poder Público criar normas e políticas eficazes para garantir a sustentabilidade e o direito a um meio ambiente equilibrado. Nesse cenário urge inferir que abordar o tema meio ambiente sem elucidar propriamente o impacto proveniente das mudanças climáticas é agravante. Sendo assim, no que tange à jurisdição estatal, o município, ente federativo mais próximo do cidadão e responsável pelas questões locais, exerce papel central na política climática. Este estudo propõe uma análise crítica sobre a legislação municipal do Crato, no Ceará, de modo a conferir se há, efetivamente, mecanismos capazes de mitigar as mudanças climáticas locais, buscando contribuir para a consolidação do direito ao meio ambiente equilibrado. A metodologia adotada neste ensaio é a dialética, voltada a investigar se existe na legislação municipal cratense, elementos que contribuam no enfrentamento das mudanças climáticas, provenientes de causas naturais ou humanas, bem como que contribuam para a existência de um adequado leque de soluções a emergências climáticas. A pesquisa tem abordagem qualitativa e documental, fundamentada na análise das normas do município, buscando compreender se esses instrumentos jurídicos apresentam finalidade ambiental compatível com o contexto local. Observou-se que o município do Crato possui legislação ambiental voltada à mitigação e adaptação às mudanças climáticas, alinhada aos objetivos da Agenda 2030, buscando promover sustentabilidade e transparência, mas pouco adequada ao contexto prático em âmbito local. Conclui-se que embora o município do Crato possua legislação ambiental

---

<sup>1</sup> Acadêmica de Direito da Universidade Regional do Cariri – URCA, bolsista do projeto de pesquisa “As mudanças climáticas e o direito: um estudo de legislações municipais na busca pela justiça climática”, isabela.pinheiro@urca.br

<sup>2</sup> Acadêmico de Direito da Universidade Regional do Cariri – URCA, voluntário do projeto de pesquisa “As mudanças climáticas e o direito: um estudo de legislações municipais na busca pela justiça climática”, gabrielg3.gomes@urca.br.

<sup>3</sup> Acadêmico de Direito da Universidade Regional do Cariri – URCA, voluntário do projeto de pesquisa “As mudanças climáticas e o direito: um estudo de legislações municipais na busca pela justiça climática”, vinicius.sousa@urca.br.

<sup>4</sup> Professora do Departamento de Direito, pesquisadora-orientadora do projeto de pesquisa “As mudanças climáticas e o direito: um estudo de legislações municipais na busca pela justiça climática”, ildevania.lima@urca.br.

**X SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA**  
**XXVIII SEMANA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA URCA**  
10 a 14 de NOVEMBRO de 2025

*Tema: "UNIVERSIDADE E SOCIEDADE NA AGENDA 2030"*



direcionada à mitigação e adaptação às mudanças climáticas, ainda há entraves consideráveis para a efetiva aplicação dessas normas na chamada “Princesa do Cariri”. Em suma, fortalecer e aplicar essas políticas é fundamental para prevenir onerosidades advindas de possíveis mudanças climáticas e, assim, solidificar o desenvolvimento sustentável no município caririense.

**Palavras-chave:** Climática. Legislação Ambiental. Sustentabilidade. Meio Ambiente.

**Agradecimentos:** Agradecemos a PRPGP/URCA pelo calendário de incentivo à iniciação científica e a pesquisa.